



PEDAGÓGICO



PEDAGÓGICO



EXPEDIENTE

Diretora editorial
Coordenação editorial
Revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Juliana Pivotto
Mari de Barros
Equipe de Revisão Nova Concursos
Equipe Nova Concursos
Willian Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Quiqueto, Ana Maria Barbosa
Pedagógico / Ana Maria Barbosa Quiqueto. -- São Paulo : Nova
Concursos, 2019.
?? p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-11-5

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas,
questões, exercícios I. Título

CDU 35.08 (079.1)

18-0292

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT018-19-PEDAGOGICO

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, a autora, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Parâmetros Curriculares Nacionais	9
Diretrizes Curriculares Nacionais	12
Estatuto da Criança e do Adolescente.....	16
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.....	30
Plano Nacional da Educação	50
Educação Especial.....	52
Conselhos Escolares.....	60
Gestão Democrática.....	61
Lei nº 11.892/2008 – Institutos Federais.....	61
Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização e Diversidade (SECAD)	62
Lei de Cotas – nº 12.711/2012.....	62
Educação Superior – Lei nº 12.711/2012.....	63
Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288/2010	63
Educação Ambiental – Lei Federal nº 9.795/1999.....	64
Lei do Menor Aprendiz – Lei nº 10.097/2000	65
Resolução CNE/CEB nº 4/2010.....	65
Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.....	66
Educação de Jovens e Adultos – EJA.....	70
Avaliação	72
Constituição Federal.....	75
Temas Pedagógicos e Educacionais.....	79

Instrução: Em algumas das questões a seguir responda com CERTO ou ERRADO.

1. (PREF. BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC – ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO – ADMINISTRADOR ESCOLAR – SUPERIOR – FEPESE – 2015) Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) a avaliação é concebida como parte integrante e intrínseca do processo educacional. O documento propõe que o acompanhamento e a reorganização do processo de aprendizagem na escola incluam, necessariamente, uma avaliação inicial para o planejamento do professor, e uma avaliação ao final de uma etapa de trabalho. Essas modalidades são conhecidas, respectivamente, como avaliação:

- a) somativa e formativa.
- b) diagnóstica e somativa.
- c) diagnóstica e formativa.
- d) por competências e por conceitos.
- e) inicial e retroalimentadora do processo.

2. (PREF. ITUIUTABA-MG – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO – SUPERIOR – INSTITUTO EXCELÊNCIA – 2016) Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), apresentam quais são os temas transversais que devem estar presentes no currículo escolar, são eles:

- a) Meio ambiente, globalização, tecnologia, desenvolvimento, solidariedade.
- b) Meio ambiente, respeito, cidadania, democracia, política.
- c) Meio ambiente, ética, saúde, pluralidade cultural, orientação sexual.
- d) Nenhuma das alternativas.

3. (PREF. PETRÓPOLIS-RJ – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – SUPERIOR – IBFC – 2015) Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), leia o trecho a seguir e assinale a alternativa correta: Os conteúdos escolares que são ensinados devem estar em consonância com as questões _____ que marcam cada momento histórico. Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de _____ deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia a dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como _____ aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais. Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas.

- a) Sociais – conteúdos – possibilitar.
- b) Particulares – valores – impossibilitar.
- c) Religiosas – valores – possibilitar.
- d) Sociais – dogmas – possibilitar.

4. (PREF. CASCALHO RICO-MG – ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO – SUPERIOR – REIS & REIS – 2016) Assinale a alternativa INCORRETA em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais:

- a) Organiza os conteúdos em ciclos de três anos a partir da análise da experiência educacional acumulada em todo o território nacional;
- b) Traçam um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção dos jovens na vida adulta; orientam os professores quanto ao significado do conhecimento escolar quando contextualizado e quanto à interdisciplinaridade, incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender;
- c) Foram elaborados para difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias;
- d) Servem como norteadores para professores, coordenadores e diretores, que podem adaptá-los às peculiaridades locais.

5. (PREF. ADAMANTINA-SP – PROFESSOR EJA – CONHECIMENTOS GERAIS – SUPERIOR CONSCAM – 2018) Os Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução afirmam que existem questões prospectivas complexas a serem discutidas, muitas das quais sem respostas definitivas, e que há pelo menos uma certeza: a de que as políticas para a educação não podem deixar de se interpelar por esses desafios. Para contribuir com tal reflexão, há alguns documentos que apontam tensões consideradas centrais e que merecem ser analisadas.

Assinale a alternativa que não condiz com as tensões explicitadas no documento mencionado:

- a) Tensão entre o universal e o singular.
- b) Tensão entre o instantâneo/efêmero e o durável.
- c) Tensão entre o global e o local.
- d) Tensão entre o visível e o não visível.
- e) Tensão entre o espiritual e o material.

6. (PREF. DE MATIAS OLÍMPIO-PI – PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA – SUPERIOR – INSTITUTO MACHADO DE ASSIS – 2016) As afirmações abaixo são feitas a partir dos PCNs. Todas estão corretas, EXCETO.

- a) De acordo com os PCNs embora contenham enfoques diferenciados entre si, com pontos muitas vezes divergentes, as abordagens da Educação Física têm em comum a busca de uma prática que articule as múltiplas dimensões do ser humano.
- b) Entendendo a Educação Física enquanto uma área do conhecimento, os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam os seus conteúdos divididos em: conceituais, procedimentais e atitudinais.
- c) De acordo com a proposta apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais a Educação Física escolar é entendida como a disciplina que permite ao aluno atingir o máximo rendimento de sua capacidade física.
- d) Considerando as sugestões dos Parâmetros curriculares Nacionais para o 3º e 4º ano do ensino fundamental é correto afirmar que a Educação Física curricular deve ter como conteúdo atividades que favoreça ao aluno o conhecimento de seus limites e possibilidades, para o controle das atividades físicas.

7. (PREF. SÃO MANUEL-SP – PROFESSOR DE ESCOLA MUNICIPAL – SHDIAS – 2015) Os Parâmetros Curriculares Nacionais estão organizados em ciclos de:

- a) Um ano.
- b) Dois anos.
- c) Três anos.
- d) Quatro anos.

8. (PREF. ITUIUTABA-MG – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO – SUPERIOR – INSTITUTO EXCELÊNCIA – 2016) Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), apresentam quais são os temas transversais que devem estar presentes no currículo escolar, são eles:

- a) Meio ambiente, globalização, tecnologia, desenvolvimento, solidariedade.
- b) Meio ambiente, respeito, cidadania, democracia, política.
- c) Meio ambiente, ética, saúde, pluralidade cultural, orientação sexual.
- d) Nenhuma das alternativas.

9. (PREF. ALUMÍNIO-SP – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA – SUPERIOR – VUNESP – 2016) O questionamento da segmentação entre os diferentes campos de conhecimento, produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles e a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui, diz respeito à:

- a) transdisciplinaridade.
- b) transversalidade.
- c) multidisciplinaridade.
- d) interação disciplinar.
- e) interdisciplinaridade.

10. (PREF. CANDEIAS-BA – COORDENADOR PEDAGÓGICO – SUPERIOR – FUNDAÇÃO CEFET – BAHIA – 2016) Segundo o Ministério da Educação (MEC), temas transversais são aqueles voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes. Os temas transversais, nesse sentido, correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana. A alternativa que contém os Temas Transversais propostos pelo Ministério da Educação é:

- a) Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual.
- b) Dignidade da pessoa humana, Saúde, Meio Ambiente, Ética e Participação.
- c) Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Saúde, Participação e Igualdade de Direitos.
- d) Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Igualdade de Direitos, Ética e Dignidade da pessoa humana.

11. (PREF. BOA VISTA DO SUL-RS – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIES – MÉDIO – UNA – 2016) Com relação aos temas transversais, leia as assertivas abaixo:

I – Os temas transversais se constituem em novas áreas.

II – A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade.

III – Os temas transversais sempre devem ser tratados igualmente em todos os lugares.

Quais estão corretas?

- a) Somente I e II.
- b) Somente II.
- c) Somente II e III
- d) Somente III.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

12. (IFPA – PEDAGOGO – SUPERIOR – FUNRIO – 2016) A Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, traz princípios, fundamentos e valores a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar integrante dos diversos sistemas de ensino. O art. 3º apresenta os princípios que devem orientar, não só a organização curricular de cada escola, como a gestão pedagógica e administrativa e as formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação e implementação de política educacional, os critérios de alocação de recursos. São eles:

- a) A Estética da Sensibilidade, a Política da Igualdade e a Ética da Identidade.
- b) Os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca.
- c) O mundo do trabalho, a prática social e exercício da cidadania.
- d) A solidariedade, a expressão livre de pensamento e a interculturalidade.
- e) A razão científica, o pensamento iluminista e a sensibilidade humana.

13. (PREF. GOIÂNIA-GO – PE II – PEDAGOGO – SUPERIOR – CS/UFG – 2016) As escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas:

- a) os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- b) os princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

c) os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Estes três princípios estão previstos:

- a) na Constituição da República Federativa do Brasil.
- b) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/1996.
- c) nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1998).
- d) nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

14. (PREF. ITÁPOLIS-SP – DIRETOR DE ESCOLA – SUPERIOR – VUNESP – 2016) Em conformidade com o art. 6º, Resolução CNE/CEB 07/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, os sistemas de ensino e as escolas adotarão, como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, princípios éticos, políticos e estéticos. Com relação aos princípios políticos, pode(m) -se destacar, entre outros:

- a) justiça, solidariedade, liberdade e autonomia.
- b) respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos.
- c) cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade.
- d) busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e a outros benefícios.
- e) valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira.

15. (PREF. ALUMÍNIO-SP – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA – SUPERIOR – VUNESP – 2016) As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 04/10, ao tratarem das formas para a organização curricular, afirmam que o currículo deve possibilitar a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuir para a construção de identidades socioculturais dos educandos. Assim, concebem o currículo como:

- a) as responsabilidades assumidas pela escola em relação aos alunos.
- b) a definição dos conteúdos a serem desenvolvidos em cada disciplina.
- c) as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento.
- d) o conjunto de planos elaborados pelos professores.
- e) o conjunto de disciplinas definido pela escola.

16. (SEEDUC-RJ – PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA – SUPERIOR – CEPERJ – 2015) Um dos princípios que fundamentam a Educação em Direitos Humanos é o da transversalidade, vivência e globalidade. O princípio da transversalidade considera a questão:

- a) da interdisciplinaridade dos direitos humanos na edificação das metodologias para Educação em Direitos Humanos

- b) do envolvimento integral de todos os atores da educação
- c) da importância da apreensão dos conceitos e conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos
- d) da imparcialidade pedagógica com relação à liberdade religiosa e cultural no contexto educacional
- e) do incentivo ao desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente para as futuras gerações

17. (PREF. IBIAÇÁ-RS – PROFESSOR PSICOPEDAGOGO – FUNDATEC – 2016 – SUPERIOR) Sobre a educação do campo, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (MEC, 2013), salienta que ela incorpora os espaços da:

- I. Floresta.
- II. Pecuária.
- III. Agricultura.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

18. (SEDUC-AM – PEDAGOGO – FGV – 2014) Leia o fragmento a seguir. “As experiências escolares que se desenvolvem em torno do conhecimento, buscando articular as vivências dos alunos com os conhecimentos acumulados, contribuem para construir suas identidades.”

O fragmento acima apresenta o conceito de:

- a) autonomia.
- b) currículo.
- c) conhecimento.
- d) multiculturalismo.
- e) planejamento.

19. (UNIFESP – PEDAGOGO – SUPERIOR – VUNESP – 2014) A Lei nº 10.639/2003, ao tornar obrigatória a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da educação básica, muda não apenas um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia, para um africano, mas também amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Neste sentido, seu ensino sistemático contribui para a formação de cidadãos atuantes no seio da sociedade brasileira, que é multicultural e pluriétnica, capazes de, por meio de relações étnico-sociais positivas, construir uma nação democrática. Tal ensino, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, deve ser:

- a) reduzido a estudos esporádicos ou unidades didáticas isoladas para não comprometer o desenvolvimento dos conteúdos regulares.

- b) desenvolvido de forma simplificada em algumas áreas ou disciplinas nos anos finais do ensino fundamental.
- c) uma disciplina específica, a ser criada no currículo do ensino médio pela escola.
- d) ministrado por um professor devidamente licenciado em História ou Geografia.
- e) incorporado aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

20. (PREF. MARÍLIA-SP – DIRETOR DE ESCOLA MUNICIPAL – SUPERIOR – VUNESP – 2017) As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial estabelecem que, como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos. Definem também, em seu art. 15 que, respeitadas as normas dos respectivos sistemas de ensino, a organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade:

- a) da Secretaria Municipal de Educação.
- b) dos estabelecimentos de ensino.
- c) dos professores da escola.
- d) da Secretaria Estadual de Educação.
- e) do Ministério da Educação.

21. (PREF. ALUMÍNIO-SP – PROFESSOR SUBSTITUTO II – SUPERIOR – VUNESP – 2016) Em uma reunião de HTPC (hora de trabalho pedagógico coletivo), os professores de uma escola municipal do interior paulista estudavam a Resolução CNE/CEB nº 7/2010, que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. O objetivo desses docentes era compreender no que constitui a transversalidade e, nessa perspectiva, como trabalhar a interdisciplinaridade na escola. Verificaram que a transdisciplinaridade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada. Constataram ainda que, segundo o § 1º do art. 24 da referida Resolução, essa modalidade de trabalho poderia ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares com base em temas geradores formulados a partir de:

- a) questões da comunidade e articulados aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento.
- b) sobreposição de conteúdos análogos presentes em pelo menos três das disciplinas curriculares.
- c) demandas pesquisadas junto aos docentes, priorizando-se as que surgirem em maior número.
- d) conceitos que permitam trabalhar individualmente as dificuldades de aprendizagem dos alunos.
- e) metodologias construtivistas que contemplem as diferenças de aprendizagem entre os estudantes.

22. (PREF. CAMPINAS-SP – VICE-DIRETOR – SUPERIOR – FCC – 2016) Na Educação Infantil a valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades são princípios:

- a) ideais, mas que exigem formação específica das professoras para concretizá-los.
- b) estéticos.
- c) jurídicos.
- d) desejáveis, entretanto inviáveis nesta faixa etária.
- e) éticos.

23. (PREF. RIO CLARO – PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA II – PEB II – EDUCAÇÃO ESPECIAL – 2016) O currículo do ensino fundamental é entendido como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. Com esse entendimento, é correto afirmar, segundo a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, que currículo significa:

- a) o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social.
- b) o objeto da avaliação que deve abranger as competências e habilidades esperadas dos alunos.
- c) os procedimentos, estratégias de ensino e/ou orientações metodológicas a serem utilizadas pelo professor.
- d) o conteúdo para o desenvolvimento do trabalho do professor em sala de aula.
- e) a matriz curricular a ser desenvolvida pela escola, na qual consta a organização das disciplinas e dos conteúdos.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

24. (PREF. GUARUJÁ DO SUL-SC - MONITOR DE CRECHE – MÉDIO – AMEOSC – 2017) Segundo o ECA, é linha de ação da política de atendimento:

- I - Serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes, desde que confusos;
- II - Proteção metafísica por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Sobre os itens acima:

- a) Apenas II está correto.
- b) Ambos estão corretos.
- c) Apenas I está correto.
- d) Ambos estão incorretos.

25. (PREF. ARUJÁ-SP – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA INFANTIL – SUPERIOR – VUNESP – 2015) Tendo em vista a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, é relevante que os profissionais da educação conheçam a natureza, a forma de organização e de atuação do Conselho Tutelar. Assim, por exemplo, o art. 135 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA dispõe que:

- a) o exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.
- b) o Conselho Tutelar é o órgão do Poder Judiciário que, com a participação social, zela em primeira instância pelos citados direitos.
- c) as decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de qualquer pessoa.
- d) o Conselho Tutelar poderá, mediante rito sumário, decretar a perda do poder familiar de qualquer um dos pais, por motivos justificados.
- e) os membros do Conselho Tutelar terão remuneração mensal, férias remuneradas, licenças trabalhistas, 13º salário e bônus de produtividade.

26. (PREF. SAPUCAIA DO SUL-RS – ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO – ORIENTADOR EDUCACIONAL – SUPERIOR – FUNDATEC – 2016) De acordo com o ECA, o direito à liberdade reservado à criança e ao adolescente compreende:

- a) Dar auxílio.
- b) Dar orientação.
- c) Buscar refúgio, auxílio e orientação.
- d) Poder trabalhar durante a noite.
- e) Cumprir com as obrigações eleitorais.

27. (PREF. RIO NOVO DO SUL-ES – MONITOR DE SALA DE AULA – FUNDAMENTAL – IDECAN – 2015) Analise as afirmativas correlatas.

I. "O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma, em seus termos, que a família é a primeira instituição social responsável pela efetivação dos direitos básicos das crianças. Cabe, PORTANTO, II. às instituições estabelecerem um diálogo aberto com as famílias, considerando-as como parceiras e interlocutoras no processo educativo infantil." Assinale a alternativa correta.

- a) As duas afirmativas são falsas.
- b) A segunda afirmativa contradiz a primeira.
- c) A primeira afirmativa é verdadeira e a segunda, falsa.
- d) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda é uma conclusão da primeira.

28. (PREF. VERMELHO NOVO-MG – PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA – SUPERIOR – MÁXIMA – 2018) Em 1990 O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado. A Lei 8069/1990, no parágrafo único do art. 4º diz que a garantia de prioridade compreende:

- I. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- II. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

- III. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
IV. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

- a) Apenas I e II estão corretas;
- b) Apenas II e III estão corretas;
- c) Apenas I, II e III estão corretas;
- d) I, II, III e IV estão corretas.

29. (PREF. BAURU-SP – ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO ADJUNTO – PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ESPECIAL – SUPERIOR – 2015)

Analise as frases abaixo, com base na Lei 8.069/1990 (ECA) que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, classificando-as em V (verdadeira) ou F (falsa).

() Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

() Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

() No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta das afirmações anteriores, de acordo com a referida lei.

- a) V; V; F.
- b) V; V; V.
- c) V; F; V.
- d) F; F; F.

30. (PREF. ITATIAIUÇU-MG – MONITOR DE CRECHE – MÉDIO – FUNDEP – 2018)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, "a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho". São direitos assegurados à criança e ao adolescente de acordo com esse ponto do estatuto, exceto:

- a) Direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.
- b) Direito de ser respeitado por seus educadores.
- c) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- d) Direito ao trabalho nas ruas, independentemente da idade, para ajudar no sustento de sua família.

1.

Em "a": Errado – Ambas não correspondem ao que está preconizado nos PCN.

Em "b": Certo – A avaliação diagnóstica (analítica) é adequada para o início do período letivo, pois permite conhecer a realidade na qual o processo de ensino-aprendizagem vai acontecer. O professor tem como principal objetivo verificar o conhecimento prévio de cada aluno, tendo como finalidade de constatar os pré-requisitos necessários de conhecimento ou habilidades imprescindíveis de que os estudantes possuem para o preparo de uma nova etapa de aprendizagem.

A avaliação somativa (classificatória), tem como função básica a classificação dos alunos, sendo realizada ao final de um curso ou unidade de ensino. Classificando os estudantes de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos.

<http://www.pedagogia.com.br/artigos/funcoes_avaliacao/?pagina=2>.

Em "c": Errado – Ambas não são a modalidade de avaliação correta.

Em "d": Errado – Ambas não atendem aos PCN.

Em "e": Errado – Ambas não fazem parte das avaliações do PCN.

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Em "a": Errado – Só Meio Ambiente está correto, os demais não.

Em "b": Errado – Só Meio Ambiente está correto, os demais não.

Em "c": Certo – MEC - PCNs - Apresentação dos Temas Transversais . O conjunto de temas aqui proposto (Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual) recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento.

Em "d": Errado – A alternativa c. está correta.

GABARITO OFICIAL: C**3.**

Em "a": Certo – Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia a dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais.

Em "b": Errado – A alternativa não completa a lacuna corretamente.

Em "c": Errado – A alternativa não completa a lacuna de acordo com os PCN.

Em "d": Errado – A alternativa não completa a definição de conteúdos curriculares.

GABARITO OFICIAL: A

4.

Em “a”: Errado – Os Parâmetros Curriculares Nacionais estão organizados em ciclos de dois anos, mais pela limitação conjuntural em que estão inseridos do que por justificativas pedagógicas. Da forma como estão aqui organizados, os ciclos não trazem incompatibilidade com a atual estrutura do ensino fundamental. Assim, o primeiro ciclo se refere à primeira e segunda séries; o segundo ciclo, à terceira e à quarta séries; e assim subsequentemente para as outras quatro séries.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>.

Em “b”: Certo – A alternativa está correta de acordo com os PCN.

Em “c”: Certo – A resposta está preconizada de acordo com os PCN.

Em “d”: Certo – A alternativa contempla os PCN.

GABARITO OFICIAL: A

5.

Em “a”: Certo – Tais tensões estão explicitadas no documento.

Em “b”: Certo – São consideradas questões centrais.

Em “c”: Certo – Tais tensões merecem ser analisadas.

Em “d”: Errado – Não condiz com o documento.

Diante de tantas questões, muitas das quais sem respostas definitivas, há pelo menos uma certeza: a de que as políticas para a educação não podem deixar de se interperlar por esses desafios. Contribuindo para tal reflexão, alguns documentos apontam tensões consideradas centrais e que merecem ser analisadas. A tensão entre o global e o local, ou seja, entre tornar-se pouco a pouco cidadão do mundo sem perder suas raízes, participando ativamente da vida de sua nação e de sua comunidade. Num mundo marcado por um processo de mundialização cultural e globalização econômica, os fóruns políticos internacionais assumem crescente importância. No entanto, as transformações em curso não parecem apontar para o esvaziamento dos Estados/Nação. Pelo contrário, a busca de uma sociedade integrada no ambiente em que se encontra o “outro” mais imediato, na comunidade mais próxima e na própria nação, surge como necessidade para chegar à integração da humanidade como um todo. É cada vez mais forte o reconhecimento de que a diversidade étnica, regional e cultural continua a exercer um papel crucial e de que é no âmbito do Estado/Nação que a cidadania pode ser exercida. A tensão entre o universal e o singular, isto é, ao mesmo tempo em que é preciso considerar que a mundialização da cultura se realiza progressivamente, é preciso não esquecer das características que são únicas de cada pessoa: o direito de escolher seu caminho na vida e de realizar suas potencialidades, na medida das possibilidades que lhes são oferecidas, na riqueza de sua própria cultura. A tensão entre a cultura local e a modernização dos processos produtivos: apropriar-se da modernização dos processos produtivos, fruto da evolução científica e tecnológica, assumindo papel tanto de usuário como de produtor de novas tecnologias, sem renegar os valores e o cultivo de bens culturais locais. A tensão entre o instantâneo/efêmero e o durável: num contexto em que uma imensa quantidade de informações e de emoções atuam sem cessar, faltam espaços para maior reflexão sobre os problemas e suas soluções; privilegiam-se opiniões, respostas e soluções rápidas, muito embora, para muitos problemas sejam necessárias estratégias pacientes e negociadas.

Tal é o caso das políticas para a educação. A tensão entre o espiritual e o material: frequentemente, as sociedades, mesmo envolvidas cotidianamente com as questões materiais, desejam alcançar valores que podem ser chamados morais/espirituais; suscitar em cada um tais valores, segundo suas tradições e convicções, é uma das tarefas para a educação.

Em "e": Certo – Tais tensões estão explicitadas no documento.

GABARITO OFICIAL: D

6.

Em "a": Certo – A afirmação está correta de acordo com os PCN.

Em "b": Certo – A afirmação está correta, portanto não é resposta.

Em "c": Errado – A afirmação está incorreta.

Visão hegemônica que pode ser constatada a princípio no PCN – Educação Física. O documento de Educação Física traz uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas, socioculturais dos alunos. (BRASIL, 1997a, p. 15)

Em "d": Certo – A afirmação está correta, logo não condiz.

Em "e": Certo – A afirmação contempla os PCN.

GABARITO OFICIAL: C

7.

Em "a": Errado – Não são organizados em ciclos de 01 ano.

Em "b": Certo – Os Parâmetros Curriculares Nacionais estão organizados em ciclos de dois anos, mais pela limitação conjuntural em que estão inseridos do que por justificativas pedagógicas. Da forma como estão aqui organizados, os ciclos não trazem incompatibilidade com a atual estrutura do ensino fundamental. Assim, o primeiro ciclo se refere às primeira e segunda séries; o segundo ciclo, à terceira e à quarta séries; e assim subsequentemente para as outras quatro séries.

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>.

Em "c": Errado – Não são organizados em ciclos de 03 anos.

Em "d": Errado – Não são organizados em ciclos de 04 anos.

GABARITO OFICIAL: B

8.

Em "a": Errado – Só meio ambiente está correto.

Em "b": Errado – Só meio ambiente está correto.

Em "c": Certo – MEC - PCNs - Apresentação dos Temas Transversais página 25. O conjunto de temas aqui proposto (Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual) recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento.

Em "d": Errado – A alternativa c está correta.

GABARITO OFICIAL: C

9.

Em "a": Errado – Não é a abordagem correta.

Em "b": Errado – Não é a abordagem descrita.

Em "c": Errado – Não é a abordagem do enunciado.

Em "d": Errado – Não é a abordagem solicitada.

Em "e": Certo – É a abordagem correta.

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas.

Parâmetros curriculares nacionais : apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Página 39

GABARITO OFICIAL: E

10.

Em "a": Certo – O conjunto de temas aqui proposto (Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual) recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático.

1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ética : Ensino de primeira à quarta série. I. Título.

Em "b": Errado – Estão corretos os temas: Saúde, Meio Ambiente e Ética.

Em "c": Errado – Está incorreto os temas Igualdade de Direitos e Participação.

Em "d": Errado – Está incorreto os temas Igualdade de Direitos e Dignidade da pessoa humana.

GABARITO OFICIAL: A

11.

Em "a": Errado – A alternativa I não está correta.

Em "b": Certo – A alternativa II está correta.

É importante, também, explicitar a concepção de "transversalidade" adotada nos documentos. Assim, é no Caderno de Introdução aos PCN/EF que esta vem explicitada na seguinte passagem: A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. (BRASIL, 1998b, p. 65).

Em "c": Errado – A alternativa III não está correta.

Em "d": Errado – A alternativa III não está correta.

GABARITO OFICIAL: B

12.

Em "a": Certo – Contempla todos os princípios do art. 3º.

Art. 3º Para observância dos valores mencionados no art. anterior, a prática administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e de suas escolas, as formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação e implementação de política educacional, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de ensino aprendizagem e os procedimentos de avaliação deverão ser coerentes com princípios estéticos, políticos e éticos, abrangendo:

I - a Estética da Sensibilidade, que deverá substituir a da repetição e padronização, estimulando a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, e a afetividade, bem como facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto e o imprevisível, acolher e conviver com a diversidade, valorizar a qualidade, a delicadeza, a sutileza, as formas lúdicas e alegóricas de conhecer o mundo e fazer do lazer, da sexualidade e da imaginação um exercício de liberdade responsável.

II - a Política da Igualdade, tendo como ponto de partida o reconhecimento dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania, visando à constituição de identidades que busquem e pratiquem a igualdade no acesso aos bens sociais e culturais, o respeito ao bem comum, o protagonismo e a responsabilidade no âmbito público e privado, o combate a todas as formas discriminatórias e o respeito aos princípios do Estado de Direito na forma do sistema federativo e do regime democrático e republicano.

III - a Ética da Identidade, buscando superar dicotomias entre o mundo da moral e o mundo da matéria, o público e o privado, para constituir identidades sensíveis e igualitárias no testemunho de valores de seu tempo, praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade, da responsabilidade e da reciprocidade como orientadoras de seus atos na vida profissional, social, civil e pessoal.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf>.

Em "b": Errado – Não contempla todos os princípios do art. 3º.

Em "c": Errado – Não contempla o que é instituído nas DCN para o Ensino Médio.

Em "d": Errado – Não corresponde ao art. 3º.

Em "e": Errado – Não contempla todos os princípios do art. 3º.

GABARITO OFICIAL: A

13.

Em "a": Errado – Não é a Constituição Federal.

Em "b": Errado – Não é a LDB.

Em "c": Certo – São na DCNEF.

RESOLUÇÃO CEB Nº 2, DE 7 DE ABRIL DE 1998 (1*)

(**) Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental

Art. 3º. São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: I - As escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas:

a) os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;

- b) os princípios dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- c) os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.
- <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf>.

Em "d": Errado – Não são nos PCNs

GABARITO OFICIAL: C

14.

Em "a": Errado – Justiça e autonomia não contemplam os princípios políticos

Em "b": Errado – Respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos.

Em "c": Errado – Cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade.

Em "d": Certo – Ministério da Educação; conselho nacional de educação câmara de educação básica resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 (*) Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Em "e": Errado – Valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira não contemplam os princípios políticos.

GABARITO OFICIAL: D

15.

Em "a": Errado – Não contempla a concepção de currículo.

Em "b": Errado – Não contempla currículo como descrito nos PCN.

Em "c": Certo – Contempla a concepção de currículo.

CAPÍTULO I FORMAS PARA A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 13. O currículo, assumindo como referência os princípios educacionais garantidos à educação, assegurados no art. 4º desta Resolução, configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos.

Em "d": Errado – Currículo não está definido como no art. 13.

GABARITO OFICIAL: C

16.

Em "a": Certo – Consideraram ainda as Diretrizes Curriculares que a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos nos currículos poderá se dar, respeitada a autonomia dos sistemas e das instituições, pela transversalidade de temas tratados interdisciplinarmente, como conteúdo específico de disciplina já existente ou de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade.

<<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-2/capitulo4-1.html>>.

Em "b": Errado – Não condiz com o princípio.

Em "c": Errado – Não é considerado o princípio.

Em "d": Errado – Não considera como solicitado nas DCN.

GABARITO OFICIAL: A

17.

Em "a": Errado – As alternativas II e III estão corretas.

Em "b": Errado – As alternativas I e II estão corretas.

Em "c": Errado – A alternativa III está correta.

Em "d": Errado – A alternativa I está correta.

Em "e": Certo – Todas as alternativas estão corretas.

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e se estende também aos espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas, conforme as Diretrizes para a Educação Básica do Campo (Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 1/2002, e Parecer CNE/CEB nº 3/2008 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008).

GABARITO OFICIAL: E

18.

Em "a": Errado – Não é o conceito de autonomia.

Em "b": Certo – É o conceito de currículo.

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 (*) Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Art. 9º O currículo do Ensino Fundamental é entendido, nesta Resolução, como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

Em "c": Errado – Não é o conceito de conhecimento.

Em "d": Errado – Não é o conceito de multiculturalismo .

Em "e": Errado – Não é o conceito de planejamento .

GABARITO OFICIAL: B

19.

Em "a": Errado – Não deve ser reduzido a estudos esporádicos.

Em "b": Errado – Não deve ser desenvolvido de forma simplificada.

Em "c": Errado – Não deve ser considerado disciplina específica.

Em "d": Errado – Não contempla o que está contido nas DCN.

Em "e": Certo – Contempla o Art. 3º.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no *caput* deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

GABARITO OFICIAL: E

20.

Em “a”: Errado – Não é da competência e responsabilidade da SME.

Em “b”: Certo – É da competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino.

Art. 15. A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>.

Em “c”: Errado – Não é da competência e responsabilidade dos professores da escola.

Em “d”: Errado – Não é da competência e responsabilidade da SEE.

Em “e”: Errado – Não é da competência e responsabilidade do ME.

GABARITO OFICIAL: B

21.

Em “a”: Certo – Contempla o Art. 24.

Art. 24 A necessária integração dos conhecimentos escolares no currículo favorece a sua contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos.

§ 1º A oportunidade de conhecer e analisar experiências assentadas em diversas concepções de currículo integrado e interdisciplinar oferecerá aos docentes subsídios para desenvolver propostas pedagógicas que avancem na direção de um trabalho colaborativo, capaz de superar a fragmentação dos componentes curriculares.

Em “b”: Errado – Não faz parte dos temas geradores.

Em “c”: Errado – Não foi formulado através deste conceito.

Em “d”: Errado – Não contempla o art. 24.

Em “e”: Errado – Não contempla a temática.

GABARITO OFICIAL: A

22.

Em "a": Errado – Não são os princípios ideais que devem orientar o trabalho pedagógico.

Em "b": Errado – Não são os princípios estéticos que devem orientar o trabalho pedagógico.

Em "c": Errado – Não são os princípios jurídicos que devem orientar o trabalho pedagógico.

Em "d": Errado – Não são os princípios desejáveis que devem orientar o trabalho pedagógico.

Em "e": Certo – São os princípios éticos.

Desse modo, para auxiliar as instituições de educação infantil a planejar seu cotidiano, as DCNEI (BRASIL, 2009) apontam um conjunto de princípios que devem orientar o trabalho pedagógico. São eles:

a) princípios éticos – valorização da autonomia, responsabilidade, solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;

b) princípios políticos – garantia dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

c) princípios estéticos – valorização da sensibilidade, criatividade, ludicidade e diversidade de manifestações artísticas e culturais (art. 6º).

GABARITO OFICIAL: E

23.

Em "a": Certo – Currículo significa:

Art. 13. O currículo, assumindo como referência os princípios educacionais garantidos à educação, assegurados no art. 4º desta Resolução, configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos.

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 (*) Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Em "b": Errado – Não é o significado de currículo segundo a Resolução.

Em "c": Errado – Não é correto afirmar.

Em "d": Errado – Não contempla o art. 13 da Resolução.

Em "e": Errado – A alternativa não está correta.

GABARITO OFICIAL: A

24.

Em "a": Errado – O item I também está correto.

Em "b": Errado – Ambos estão corretos.

Em "c": Errado – Item II também está correto.

Em "d": Certo – Ambos estão corretos.

ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Parte Especial

Título I Da Política de Atendimento Capítulo I Disposições Gerais

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

I - políticas sociais básicas;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem

II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência.

GABARITO OFICIAL: D

25.

Em "a": Certo - ECA- Art. 135. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral. (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012).

Em "b": Errado - Não é o que dispõe o art. 135.

Em "c": Errado - Não faz parte da atuação do Conselheiro Tutelar.

Em "d": Errado - Não é correto afirmar sobre o Conselho Tutelar.

Em "e": Errado - Não é o que se refere no art. do ECA.

GABARITO OFICIAL: A

26.

Em "a": Errado - Dar auxílio, não é um dos aspectos do direito à liberdade.

Em "b": Errado - Dar orientação, não é um dos aspectos do direito à liberdade.

Em "c": Certo - De acordo com ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990;

Art. 16. VII - buscar refúgio, auxílio e orientação são um dos aspectos do direito à liberdade.

Em "d": Errado - Poder trabalhar durante a noite, não é um dos aspectos do direito à liberdade.

Em "e": Errado - Cumprir com as obrigações eleitorais, não é um dos aspectos do direito à liberdade.

GABARITO OFICIAL: C

27.

Em "a": Errado – As duas afirmativas são verdadeiras.

Em "b": Errado – A segunda não contradiz a primeira.

Em "c": Errado – Ambas são verdadeiras.

Em "d": Certo – Ambas são verdadeiras.

Segundo o Art.4º ECA: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Art.4º do ECA, dispositivo, que praticamente reproduz a primeira parte do enunciado do art. 227, caput, da CF, procura deixar claro que a defesa dos direitos fundamentais assegurados à criança e ao adolescente, não é tarefa de apenas um órgão ou entidade, mas deve ocorrer a partir de uma ação conjunta e articulada entre família, sociedade/comunidade e Poder Público. (2011, p. 18).

GABARITO OFICIAL: D

28.

Em "a": Errado – Todas estão corretas.

Em "b": Errado – Está parcialmente certa.

Em "c": Errado – Está parcialmente certa.

Em "d": Certo – Todas estão corretas.

ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990;

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

GABARITO OFICIAL: D

29.

Em "a": Errado – A terceira frase é verdadeira.

Em "b": Certo – Todas são verdadeiras.

ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990;

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 5º, Art. 13 e 58 respectivamente.

Em "c": Errado – A segunda frase é verdadeira.

Em "d": Errado – Todas são verdadeiras, nenhuma frase é falsa.

GABARITO OFICIAL: B

30.

Em "a": Errado – É direito assegurado pelo ECA.

Em "b": Errado – Contempla o art. 53 do ECA.

Em "c": Errado – Está correto.

Em "d": Certo – A alternativa está incorreta.

ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

GABARITO OFICIAL: D